

AS MOTIVAÇÕES QUE LEVAM OS JOVENS A ADERIR AOS PARTIDOS POLÍTICOS EM PORTUGAL

Patrícia Tomás¹

Membro Associado do Observatório Político

Resumo

A relação dos jovens com a política é uma temática cada vez mais estudada em Portugal e noutras regiões do mundo, dada a importância dos jovens no futuro da sociedade democrática. Este trabalho tem como objetivo perceber quais as motivações que levam os jovens a aderir aos partidos políticos em Portugal, mais concretamente se os jovens decidem filiar-se numa organização partidária devido a motivos morais, sociais ou profissionais, se a família tem influência na filiação do jovem e se o momento da filiação é coincidente com a altura em que decorrem atos eleitorais.

Palavras-Chave

Jovens, Partidos Políticos, Filiação Partidária, Participação Política, Socialização Política, Eleições

Introdução

Um tema central nos estudos sobre os partidos políticos atualmente é o debate sobre a “crise dos partidos” nas democracias contemporâneas (Lisi 2011; Costa Pinto et al. 2013; Teixeira 2011) que tem por base a crescente incapacidade das organizações partidárias em mobilizar e incentivar a participação dos eleitores. A diminuição dos militantes, a redução das

¹ Mestre em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL) e licenciada em Estudos Europeus pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Investigadora e Membro Associado do Observatório Político.

identidades partidárias e a fraca participação política são alguns dos indicadores desta crise (Lisi 2011).

A identificação partidária, por exemplo, tem apresentado níveis mais baixos em Portugal do que em outras democracias europeias e tem vindo a diminuir ao longo das últimas décadas. Em 2007, a proporção de indivíduos que se identificava com um partido correspondia a 65,5%, passando para 44,2% em 2015 (Costa Lobo et al. 2015; Magalhães et al. 2008). Os jovens portugueses, quando comparados com outras camadas da população, registam níveis inferiores de identificação com os partidos políticos, 21,9%, entre os 15-24 anos, e 39,9%, entre os 25-34 anos, em 2015 (Costa Lobo et al. 2015). O que revela a fraca capacidade dos partidos para estruturarem laços com os eleitores, nomeadamente com os mais jovens.

Os partidos políticos nas democracias da Europa Ocidental e da Europa do Sul são a instituição menos confiável de acordo com a opinião dos eleitores 25% e 22% respetivamente, contudo Portugal apresenta níveis de desconfiança nos partidos muito inferiores à média Europeia (Teixeira 2011). Porém, a insatisfação e descontentamento face aos partidos políticos reflete-se nos elevados níveis de antipartidarismo que se tem registado em Portugal e que tem vindo a aumentar ao longo das últimas décadas (Teixeira 2011).

Perante este quadro, entender a relação entre os jovens e os partidos, mais concretamente as motivações que levam os jovens a aderir aos partidos políticos em Portugal revela-se um enigma interessante e importante para compreender a crise das democracias representativas e o declínio dos partidos.

Na literatura há um vasto leque de autores que abordam o tema da filiação partidária (Scarrow 1994, 1996, 2000; Scarrow e Grezgor 2006, 2010; Seyd e Whiteley 2004; Katz e Mair 1992; Mair e van Biezen 2001; Lisi 2011, et al.), contudo a filiação por parte dos jovens nas organizações partidárias é um tema pouco estudado empiricamente (Bruter e Harrison 2009; Cross e Young 2008; Rainsford 2013). Deste modo, e devido à lacuna existente na literatura, a perceção desta realidade junto dos jovens militantes, que são os mais difíceis de atrair para um partido pois tendem a ser os mais afetados pela desilusão e apatia em relação às políticas partidárias, revela-se bastante importante.

Filiação partidária - Problemática

A filiação partidária tem sofrido severamente com a insatisfação pública generalizada com a política. Os estudos empíricos sobre a filiação partidária têm evidenciado uma crise associativa dos partidos, o que tem

resultado na diminuição do número de militantes por toda a Europa (Mair e van Biezen 2001; Scarrow 2000; Katz e Mair 1992).

Nas últimas décadas, um crescente número de investigações empíricas referem que a filiação nos partidos políticos ocidentais está em declínio (Mair e van Biezen 2001; Pedersen et al. 2004; Scarrow 2000; Seyd e Whiteley 2004; Hooghe et al. 2004; Webb et al. 2002). Este declínio generalizado dos filiados ocorre sobretudo entre os anos 80 e os anos 90 (Mair e van Biezen, 2001), contudo não há uma tendência linear a todos os países europeus (van Biezen et al. 2011; Lisi 2011). A diminuição do número de militantes segundo Lisi (2011) “é particularmente evidente nas democracias onde o modelo dos partidos de massas foi adotado”, como por exemplo na Suécia, Dinamarca e Itália. No caso português, o declínio dos filiados manifestou-se de forma mais clara a partir da década de 90, enquanto na Grécia apenas por volta do ano 2000 é que se começou a verificar uma diminuição do número de filiados, já em Espanha até 2008 registou-se a tendência oposta, isto é, um aumento do número de filiados (Lisi, 2011; van Biezen et al. 2011).

No que concerne às características da filiação partidária é unânime nos estudos empíricos que, no geral, os filiados são maioritariamente do sexo masculino, de meia-idade e com um elevado nível de educação (Lisi 2011; Lisi et al. 2013; Costa Lobo et al. 2015). Relativamente à idade, parece existir uma relação curvilínea, isto é, os jovens e os mais idosos têm menor propensão para a participação, enquanto os indivíduos que pertencem às faixas etárias centrais são mais ativos (Lisi 2011; Costa Lobo et al. 2015; Magalhães 2008). O que nos leva a outro aspeto importante, o envelhecimento da base militante.

Em 1984 mais de 80% dos militantes tinham idade inferior a 54 anos, enquanto que em 2008 a faixa etária com mais de 55 anos correspondia a mais de 50% dos filiados (Lisi 2011). Pedersen et al. conclui no seu estudo dos partidos dinamarqueses que “os jovens estão sub-representados e os mais velhos estão sobre-representados entre os membros partidários” (2004:372). No caso irlandês, Gallagher and Marsh (2004:412) mencionam que “os membros são de meia-idade, se não mais velhos, com uma média de idades estimada de 52 anos.” Cross e Young (2008) reportam que a média de idades dos membros dos partidos canadianos é de 59 anos. Scarrow e Grezgor (2006) mostram que os cidadãos acima dos 60 anos representam 61% dos filiados e apenas 24% da população britânica (Seyd e Whiteley 1992; Whiteley et al. 1994). De acordo com Lisi (2012) a maioria dos filiados dos partidos portugueses pertence à faixa central do eleitorado, entre os 35 e os 60 anos, enquanto os jovens representam sempre menos de 20% do total dos filiados (Widfeldt 1995).

Em suma, o número de inscritos nas organizações partidárias tem diminuído substancialmente e ao mesmo tempo tem-se registado um progressivo envelhecimento da base militante dos países aliado a uma crescente dificuldade de recrutar as camadas mais jovens da sociedade.

Contra este cenário negro, e aparentemente contra a maré, uma reduzida proporção de jovens cidadãos perpetuam a tradição clássica do envolvimento político filiando-se nos partidos políticos. Entre estes jovens militantes, iremos aliás encontrar aqueles que irão um dia mais tarde liderar as nações europeias.

Os Jovens e a Política

Se atentarmos nos estudos empíricos sobre este tema, constatamos que os jovens militantes que tendem a ser mais interessados na política, são mais propensos a ter um familiar filiado numa organização partidária (Cross e Young 2008). Braga da Cruz (1990) revela que o interesse dos jovens militantes pela política desperta com frequência no seio da família, na escola e no convívio com os amigos, resultante portanto, de contactos face-a-face e interações primárias.

Outros estudos identificam vários modelos de incentivos que se diferenciam entre material, intencional e solidário (Clark e Wilson, 1961), e entre seletivos e coletivos (Seyd e Whiteley, 1992). No primeiro modelo, os benefícios materiais correspondem a vantagens que o partido redistribui pelos membros. Por outro lado, os incentivos intencionais correspondem ao sentimento de ajudar a perseguir os objetivos da organização, e os incentivos solidários aos benefícios da interação social com pessoas que partilham ideais semelhantes. A segunda distinção separa os benefícios que podem ser desfrutados individualmente por um membro de um partido, e aqueles que só podem ser desfrutados por um grupo grande, seja um grupo específico ou um país como um todo.

A literatura aponta ainda razões mais específicas sobre o porquê dos indivíduos se filiarem nos partidos. A primeira grande motivação é o desejo de perseguir preferências ideológicas. Isto quer dizer que o jovem militante gostaria de expressar um interesse das suas preferências particulares, tentar ajudar o partido a obter um posto e implementar as suas políticas preferidas. Clark e Wilson (1961) formalizam este incentivo em particular como intencional. Pedersen et al. (2004) confirmam a importância da ideologia e o suporte de políticas como a motivação chave para a filiação num partido. Neste sentido, a filiação partidária é um meio pelo qual os eleitores podem comunicar interesses e pontos de vista aos representantes dos partidos a nível local, regional ou nacional. Cross e Young (2008) também descobrem que muitos jovens filiam-se num partido político

especificamente para participarem na seleção de um candidato local ou na votação para o líder do partido. No total, perto de dois terços dos jovens militantes sugerem que foram motivados a juntarem-se aos seus partidos devido a um concurso de recrutamento de cidadãos (2008:354).

A segunda grande inspiração para a filiação num partido é seguir uma carreira específica através da obtenção de posições de responsabilidade dentro da estrutura do partido e concorrendo a eleições com o intuito de assegurar um cargo. Este sentido particular de seguir desejos pessoais de desenvolvimento profissional é geralmente conhecido como incentivos seletivos ou materiais (Clark e Wilson, 1961). Não é surpreendente o facto de poucos militantes mencionarem o desejo de ter uma carreira política como a razão chave para se filiarem num partido político. Contudo, Hooghe et al. (2004) referem que no âmbito da sua investigação 41% dos vereadores tinham começado as suas carreiras numa organização juvenil.

A última grande motivação que frequentemente alicerça a decisão de filiação num partido diz respeito ao conjunto de incentivos coletivos ou solidários (Clark and Wilson, 1961). Esta explicação em particular de participação política enfatiza o papel dos objetivos altruístas e a importância da participação em grupo com vista a fazer do mundo um sítio melhor. Este incentivo muitas vezes sobrepõe-se com os vários aspetos da interação social, como por exemplo, alguns jovens frequentemente decidem filiarem-se num partido para fazerem novos amigos, envolverem-se em debates interessantes e interagirem com pessoas com opiniões semelhantes. Este fator de “diversão” de fazer parte de uma organização social, como um partido político, é muitas vezes considerado como um aspeto importante da filiação partidária.

Segundo Pedersen et al. (2004) existem quatro razões principais subjacentes à decisão de filiação num partido. Primeiramente, os indivíduos filiam-se num partido para promoverem preferências ideológicas específicas. Este fator foi apontado por 54% dos inquiridos. Em segundo, os que queriam expressar o seu apoio ao seu partido preferido representam 46% dos inquiridos. Em terceiro, uma significativa proporção de inquiridos quis mostrar apoio às políticas do partido, uma razão para 31% dos inquiridos. Por último, 40% dos inquiridos queriam opor-se a outros partidos tais como a extrema-direita e a extrema-esquerda.

No cômputo geral, existe um corpo sólido de literatura que explica o porquê de alguns cidadãos decidirem dedicar tempo, recursos e energia na filiação partidária. Contudo, investigações que captem totalmente a situação específica dos jovens filiados são escassas.

No estudo sobre os jovens militantes europeus, Bruter e Harrison (2009) identificam três tipos de jovens filiados. Segundo os autores, os jovens

aderem aos partidos políticos com base em uma das três principais dimensões de incentivos: moral, caracterizada pelo desejo de dar mais significado à própria vida, de ajudar os outros, ser um bom cidadão e influenciar a política; social, em que um jovem se filia motivado pela oportunidade de conhecer pessoas que partilham das mesmas opiniões, o desejo de fazer novas amizades e ter discussões interessantes; e profissional, que consiste no desejo de alcançar posições e honras, de se tornar um político, e de obter dinheiro ou benefícios materiais da filiação partidária. Deste modo, cada jovem tem uma estrutura predominante, '*membership drive*', que o caracteriza como um membro orientado moral, social ou profissionalmente.

Bruter e Harrison (2009:32) referem que na distribuição dos três perfis de membros (moral, social e profissional) pelos países (Espanha, França, Inglaterra, Noruega, Alemanha e Hungria) e famílias partidárias (socialistas, conservadores e liberais), os membros orientados moralmente dominam com 39,7 % da amostra, seguidos dos membros orientados socialmente com 34,2 %, e 26 % dos membros são orientados profissionalmente. Os autores salientam a existência de diferenças importantes entre os países e as famílias partidárias. Espanha e França permanecem territórios para jovens militantes orientados moralmente, já a maioria dos jovens militantes alemães são orientados socialmente, e a maioria dos jovens húngaros são orientados profissionalmente. De forma semelhante, os jovens militantes orientados socialmente dominam a família Liberal, enquanto os jovens orientados moralmente estão em maior número nos partidos Socialista e Conservador.

Quanto à influência na filiação, de acordo com Cross e Young (2008) e Bruter e Harrison, (2009), os jovens aderem a um partido político seguindo a influência das suas famílias, dos seus amigos, ou com base nas suas experiências em outras organizações. Bruter e Harrison (2009:41) verificaram que 53,4 % das entrevistas aplicadas mencionavam um ou mais familiares que também eram ou tinham sido filiados num partido, ou que eram direta ou indiretamente associados a um partido. Isto é claramente uma grande proporção, embora não tão esmagadora como identificado por Cross e Young (2008) no contexto Canadano.

Se perceber os modelos de comportamento e os caminhos para a filiação partidária é essencial, estas várias fontes de inspiração e caminhos da filiação revelam apenas uma parte específica das histórias que levam alguns jovens cidadãos a filiarem-se num partido. Na maioria dos casos, um incidente específico, um evento, ou uma provocação coincide com a decisão do jovem de pertencer a um partido político. Filiar-se num partido é uma decisão, um momento. Segundo Bruter e Harrison (2009:56), 31% dos jovens militantes entrevistados filiaram-se num partido na altura de uma

eleição; cerca de 14% dos jovens filiaram-se devido ao facto de terem recebido um *flyer* de um partido ou serem abordados por um militante de um partido; e 12% dos jovens recolheram espontaneamente informação de vários partidos e escolheram juntar-se a um.

Quais as motivações que levam os jovens aderir aos partidos políticos?

Numa recente investigação científica (Tomás 2015), realizou-se uma primeira aproximação (exploratória) à compreensão dos motivos que levam os jovens portugueses a filiarem-se numa organização partidária.

Este trabalho teve por base a aplicação de entrevistas semi-diretivas a 20 jovens filiados, com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, repartidas equitativamente pelos cinco principais partidos políticos portugueses: CDS – Partido Popular (CDS-PP), Partido Social Democrata (PSD), Partido Socialista (PS), Partido Comunista Português (PCP), e Bloco de Esquerda (BE). E respeitou alguns fatores sociodemográficos como a idade, o género (Feminino /Masculino), o nível de escolaridade (ensino básico/ secundário e ensino superior) e a profissão (estudante, trabalhador por conta de outrem, trabalhador por conta própria ou desempregado).

Os resultados apurados apontam que, primeiramente, os jovens se filiam sobretudo devido a motivações morais, seguindo-se as motivações sociais, não tendo sido revelados motivos profissionais.

Em segundo lugar, que os jovens que se filiam tendem a ter um ou mais familiares que são ou foram filiados num partido político ou juventude partidária. Porém, quando questionados diretamente se alguém do círculo de amigos ou familiares influenciou a decisão de filiação a resposta predominante foi de que ninguém terá exercido influência na decisão do jovem. O que indicia que provavelmente existirá uma influência indireta da família na decisão do jovem se filiar, isto é, sem o jovem se aperceber. A família é parte fundamental da formação do jovem, podendo o facto de os familiares próximos serem militantes influenciar o jovem, na medida em que a temática político-partidária é, tendencialmente, mais abordada em casa potenciando a consciência social e a participação ativa na sociedade através de organizações partidárias.

Em terceiro lugar, na maioria dos casos observados neste estudo, os jovens recolhem informação acerca das organizações partidárias espontaneamente antes de decidirem filiar-se, o que é um dado bastante positivo sugerindo que tomam a sua decisão em consciência e de forma informada.

Por fim, os jovens tendem a filiar-se fora dos períodos eleitorais, e um número muito diminuto de jovens declara que a sua filiação resultou de campanhas de rua, publicidade ao partido ou de debates na escola, o que reflecte que estas acções são escassas e (ou) insuficientes para a sua captação.

Considerações finais

A literatura revela que se tem verificado uma crescente diminuição dos militantes nas organizações partidárias (Mair e van Biezen 2001; Scarrow 2000; Katz e Mair 1992), uma redução das identidades partidárias (Costa Lobo et al. 2015; Magalhães et al. 2008; Freire, 2006) e uma fraca participação política (Costa Lobo et al. 2015; Euro-barómetro, 2013), o que nos remete para uma “crise dos partidos” nas democracias contemporâneas (Lisi 2011; Costa Pinto et al. 2013; Teixeira 2011).

A desafeição política (Magalhães 2005), resultante da imagem negativa que os cidadãos portugueses têm da política, atualmente, é um dado inquietante, nomeadamente no que diz respeito às camadas mais jovens. Os estudos nesta área confirmam a existência de um sentimento generalizado de falta de participação política e de falta de interesse dos jovens pela política (Magalhães et al. 2008; Costa Lobo, 2015). E “uma democracia sem a componente participativa é, sem dúvida, uma democracia mais pobre” (Lisi, 2011).

No que concerne à participação dos jovens nos partidos, o estudo do “Euro-barómetro Juventude Europeia: Participação na Vida Democrática”, de 2013, indica que apenas 5% dos jovens inquiridos afirmam ter participado numa organização política. Uma percentagem muito baixa tanto no caso português como a nível europeu. A principal organização em que os jovens revelaram ter participado foi num clube desportivo 31%, seguindo-se as associações juvenis com 26%, em terceiro lugar, uma organização local destinada a melhorar a sua comunidade local, com 21%, e logo a seguir com 20% uma organização cultural. Sugerindo que a população mais jovem prefere participar noutra tipo de organizações não tão formais, com uma componente menos ideológica quanto as organizações partidárias, e com uma intervenção mais ao nível local.

No estudo realizado em 2014, “Geração 2020: O futuro de Portugal aos olhos dos universitários”, pela Universidade Católica Portuguesa, a jovens entre os 18 e os 30 anos, verifica-se que, apesar do descontentamento com a situação atual do país, uma boa parte dos jovens encara o futuro com otimismo. Porém, quando questionados acerca de quais as instituições em que mais acreditam para fazer de Portugal um país melhor, apenas 13,08% dos jovens revelam ser os partidos políticos. E, ainda, quando questionados

sobre quais as instituições que mais têm de mudar para fazer de Portugal um país melhor em 2020, a esmagadora maioria dos jovens, 95,35%, responderam ser os partidos políticos. O que demonstra que os jovens têm consciência da importância dos partidos políticos em Portugal, contudo não concordam com o seu modo de funcionamento.

E, ainda, uma investigação mais recente sobre o “Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e Atitudes dos Jovens Portugueses, numa perspetiva comparada”, de 2015, revela que dos indivíduos entre os 15 e os 34 anos apenas 3,7 % dizem participar num partido político.

No geral, os diversos estudos apresentados confirmam que os jovens estão afastados dos partidos políticos e que é necessário mudar este sentimento negativo relativamente aos mesmos uma vez que os jovens são o futuro do nosso país. “As organizações partidárias necessitam de mudar, de se “reinventar” para que haja um aumento da participação juvenil nas mesmas” (Bettencourt 2015).

Assim, e por forma a aumentar a proximidade entre as organizações partidárias e os jovens, seria importante que os partidos no arco da governação adotassem medidas para atrair mais jovens militantes. É necessário captar e sensibilizar as novas gerações para a importância da sua participação, designadamente nas escolas, um dos principais agentes na educação e formação das crianças e jovens.

Deste modo, é fundamental que os cidadãos em geral, e os jovens em particular, tenham consciência de que “a política é o cerne da vida em sociedade e está e estará sempre presente nas nossas vidas. Por isso, temos o dever de intervir e de nos ocuparmos bem do que a todos diz respeito. E não adianta adotar atitudes de desânimo, indiferença ou distanciamento perante a política porque, mesmo que não queiramos centrar nela a nossa atenção, *mesmo que não queiramos ocupar-nos dela, ela ocupar-se-á sempre de nós.*” (Bettencourt 2015)

Referências Bibliográficas

- Bettencourt, José Miguel (2015), *Jovens e a Política*, Lisboa, Chiado editora.
- Bruter, Michael e Sarah Harrison (2009), "Tomorrow's leaders? Understanding the Involvement of Young Party Members in Six European Democracies", *Comparative Political Studies*.
- Bruter, Michael e Sarah Harrison (2009), *The Future of Our Democracies, Young Party Members in Europe*, Palgrave Macmillan.
- Clark, Peter e Wilson, James (1961), "Incentive systems: A theory of organizations", *Administrative Science Quarterly*, vol. 6, nº2, pp.129-166.
- Cross, William e Lisa Young (2008), "Factors Influencing the Decision of The Young Politically Engaged to Join a Political Party – An Investigation of the Canadian Case", *Party Politics*, Vol. 14, 3, pp. 345-369.
- Cruz, Manuel Braga da (1990), "A participação Política da Juventude em Portugal – as élites políticas juvenis", *Análise Social*, vol. XXV, pp. 223-249.
- Flash Euro-barómetro 375 (2013), "Juventude Europeia: Participação na vida democrática", (online). Disponível em: http://ec.europa.eu/public_opinion/flash/fl_375_fact_pt_pt.pdf
- Freire, André (2006), *Esquerda e Direita na Política Europeia. Portugal, Espanha e Grécia em Perspetiva comparada*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Hanenberg, Peter e Filipe Nogueira (2014), "Geração 2020: O futuro de Portugal aos olhos dos universitários." Lisboa, Imago-Llorente e Cuenca, consultora de comunicação, e Universidade Católica Portuguesa, (online). Disponível em: http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15175/1/gera%C3%A7ao_2020_PT.pdf
- Hooghe, Marc, Dietlind Stolle e Patrick Stouthuysen (2004), "Head Start in Politic: The Recruitment Function of Youth Organizations of Political Parties in Belgium (Flanders)", *Party Politics*, vol.10, pp. 193-212.
- Katz, Richard S., Peter Mair et al.(1992), "The membership of political parties in European democracies 1960-1990", *European Journal of Political Research*, vol. 22, pp. 329-345.
- Lisi, Marco (2011), *Os partidos políticos em Portugal: continuidade e transformação*, Lisboa, Edições Almedina.
- Lisi, Marco (2012), *Os Jovens e os Partidos*, Lisboa, Observatório Permanente da Juventude.
- Lisi, Marco, Riccardo Marchi e Ana Maria Evans (2013), "Participação Política e Qualidade da Democracia", em A. C. Pinto, L. de Sousa e P. Magalhães (orgs.), *A Qualidade da Democracia em Portugal. A visão dos Cidadãos*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- Lobo, Mariana Costa, Vítor Sérgio Ferreira, Jussara Rowland (2015), *Emprego, Mobilidade, Política e Lazer: Situações e atitudes dos Jovens Portugueses numa Perspectiva Comparada*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Magalhães, Pedro (2005), "Disaffected democrats: political attitudes and political action in Portugal", *West European Politics*, 28 (5), pp 973-91
- Magalhães, Pedro (2008), "Redes sociais e participação eleitoral em Portugal", *Análise Social*, XLIII (3), pp. 473-504.
- Magalhães, Pedro e Jesus Sanz Moral (2008), *Os Jovens e a Política*, Lisboa, Centro de Sondagens e Estudos de Opinião da Universidade Católica Portuguesa.

- Mair, Peter e Ingrid van Biezen (2001), "Party membership in Twenty European Democracies, 1980-2000", *Party Politics*, Vol. 7, n. 1, pp. 5-21.
- Pedersen, K. et al.(2004), "Sleeping or active partners? Danish party members at the turn of the millennium", *Party Politics*, vol.10, pp. 367-383.
- Pinto, António Costa, Luís de Sousa e Pedro Magalhães (2013), *A Qualidade da Democracia em Portugal. A visão dos Cidadãos*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Scarrow, Susan (1994), "The 'paradox of enrollment': Assessing the costs and benefits of party memberships", *European Journal of Political Research*, 25: 41-60.
- Scarrow, Susan (1996), *Parties and Their Members: Organizing for Victory in Britain and Germany*, Oxford, Oxford University Press.
- Scarrow, Susan (2000), "Parties Without Members? Parties Organization in a Changing Electoral Environment", em Russell J. Dalton and Martin P. Wattenberg (eds.), *Parties Without Partisans – Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press, pp. 79-101.
- Scarrow, Susan e Burcu Gezgor (2006), "Trends in party membership and membership participation", comunicação apresentada no encontro anual da "Midwest Political Science Association", Chicago.
- Scarrow, Susan e Burcu Gezgor (2010), "Declining memberships, changing members? European political parties in new era", *Party Politics*, 16(6), pp. 823-843.
- Seyd, Patrick e Paul Whiteley (1992), *Labour's Grassroots: The Politics of Party Membership*. Oxford: Clarendon Press.
- Seyd, Patrick e Paul Whiteley (2004), "British Party Members: An Overview", *Party Politics*, 10: 355–366.
- Teixeira, Conceição Pequito (2011), "Relação entre cidadãos e partidos no Portugal democrático: um balanço", em A. Freire (org.), *Eleições e Sistemas Eleitorais no Século XX Português: Uma Perspectiva Histórica e Comparativa*, Lisboa, Edições Colibri.
- TOMÁS, Patrícia (2015), *Os Jovens e a Política: Quais as motivações que levam os jovens a aderir aos partidos políticos em Portugal?*, Lisboa: ISCTE-IUL. Dissertação de mestrado. Disponível em [www:<http://hdl.handle.net/10071/11075>](http://hdl.handle.net/10071/11075).
- van Biezen, Ingrid, Peter Mair e Thomas Poguntke (2011), "Going, going...gone? The decline of party membership in contemporary Europe", *European Journal of Political Research*, 51: 24-56.
- Webb, Paul, David Farrell e Ian Holliday (2002), *Political Parties in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press.
- Whiteley, P., Seyd, P., Richardson e Bissel, P. (1994), "Explaining party activism: The case of the British conservative party", *British Journal of Political Science*, vol.24, pp. 79-94.
- Widfeldt, Anders (1995), "Party membership and party representativeness", em H.D. Klingemann and D. Fuchs (eds), *Citizens and the State*, Oxford: Oxford University Press.

OBSERVATÓRIO POLÍTICO

Rua Almerindo Lessa
Pólo Universitário do Alto da Ajuda,
1349-055 Lisboa
Tel. (00351) 21 361 94 30
geral@observatoriopolitico.pt

Para citar este trabalho/ To quote this paper:

TOMÁS, Patrícia. «As motivações que levam os jovens a aderir aos partidos políticos em Portugal», *Working Paper #64*, Observatório Político, publicado em 07/10/2016, URL: www.observatoriopolitico.pt

Aviso:

Os working papers publicados no sítio do Observatório Político podem ser consultados e reproduzidos em formato de papel ou digital, desde que sejam estritamente para uso pessoal, científico ou académico, excluindo qualquer exploração comercial, publicação ou alteração sem a autorização por escrito do respectivo autor. A reprodução deve incluir necessariamente o editor, o nome do autor e a referência do documento. Qualquer outra reprodução é estritamente proibida sem a permissão do autor e editor, salvo o disposto em lei em vigor em Portugal.